

ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
27 DE FEVEREIRO DE 2009

ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA A 27 DE FEVEREIRO DE 2009

No dia vinte e sete de Fevereiro do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, no salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da proposta de acta relativa à sessão ordinária realizada no dia 18 de Dezembro de 2008;
- 2) Aprovação da proposta de acta relativa à sessão extraordinária realizada no dia 23 de Janeiro de 2009;
- 3) Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 4) Aprovação da acta em minuta.

O senhor Presidente declarou aberta a sessão e procedeu à chamada, tendo-se verificado as presenças dos seguintes membros:

- João Henrique Carracha Garcia, que presidiu;
- Luís Miguel Fialho Duarte, na qualidade de primeiro secretário;
- Francisco António Maia Cardoso, na qualidade de segundo secretário;
- Isidro José Marcos;
- Joaquim António Pinto Alfacinha;
- Anunciação Gertrudes Raposo Baioneta;
- José Luís Potes Pacheco;
- Mário Gonçalo Louro Grave;
- Odete Maria Tirapicos Arranhado Fialho;
- Joaquim António Vilalva Teixeira;
- Luís Miguel Leal Boteta;
- Zélia Maria Mira Valério;
- Maria Laurência Grou Parreirinha Gemitto;
- Margarida Mariana Pinto Alfacinha;
- António José Prates Valverde, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- José Jacinto Bento Grave, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificou-se a falta do membro:

- Rui Manuel Pires Penetra.

Em representação da Câmara Municipal esteve a sua Vice-Presidente, Sra. Vereadora Vera Cardoso, tendo estado também presentes os senhores Vereadores Manuel Fadista e António Costa da Silva.

A mesa justificou por escrutínio secreto, do qual resultou unanimidade, a falta de Zélia Maria Mira Valério à sessão extraordinária de 23 de Janeiro de 2009.

O senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão de dois pontos adicionais na ordem de trabalhos, concretamente:

5.º Ponto) Apreciação e votação de Moção da C.D.U. (Situação social que se vive no concelho de Viana do Alentejo).

6.º Ponto) Apreciação e votação de Moção do P.S. (Dar voz à oposição no Boletim Municipal e na Página da Internet da Câmara Municipal).

A Assembleia autorizou por unanimidade a inclusão destes dois pontos na ordem de trabalhos.

Declarado aberto o período de antes da ordem do dia, verificou-se a intervenção do membro José Luís Pacheco que perguntou sobre o estado da revisão ao Plano Director Municipal. Disse ainda este membro discordar do que está mencionado no site da Câmara acerca da participação dos membros das Juntas de Freguesia na Assembleia Intermunicipal pois estes, não podendo votar, poderiam ser eleitos para esse Órgão.

O membro José Luís Pacheco perguntou também para quando está prevista a integração deste concelho na Entidade Regional de Turismo.

A propósito de planos anti-crise, este membro mencionou o que tem vindo a ser criado por alguns Municípios e apresentou como exemplo um documento da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Perguntou o que é que a este respeito havia sido feito pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo até ao momento.

Sobre o Centro de Saúde de Viana do Alentejo disse este membro não perceber a actual posição da Câmara Municipal pois foi o próprio Presidente que em 2003 concordou com a alteração dos horários, conforme se retira das actas de 15 de Outubro de 2003 e de 1 de Junho de 2007.

O membro José Jacinto Grave, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu-se à estadia demasiado prolongada de várias famílias ciganas naquela localidade. Disse considerar que apesar de algumas famílias terem matriculado os filhos na escola local, se encontram em situação ilegal por estarem instalados na vila há mais tempo do que o permitido no Regulamento da Autarquia. Disse ainda este membro que o preocupa o facto de algumas dessas famílias terem arrendado imóveis, nomeadamente uma fazenda e uma casa de habitação perto da Praça da República.

O membro Luís Miguel Boteta perguntou se estão previstos alguns ecopontos no concelho para recolha de óleos alimentares e em caso afirmativo para quando. Perguntou também para quando está prevista a sinalização horizontal na vila de Alcáçovas. Perguntou ainda se havia sido feito mais algum contacto com os proprietários de uma herdade na qual foram plantados vários hectares de olival e se irá ou não surgir o lagar tal como tinha sido anunciado.

O membro Luís Miguel Duarte referiu que na sequência da intervenção do senhor José Luís Pacheco acerca do Centro de Saúde ficou a perceber que ele estará de acordo com o seu actual modo de funcionamento. Para ficar completamente esclarecido, o membro Luís Miguel Duarte perguntou ao membro José Luís Pacheco se está efectivamente de acordo com o actual modo de funcionamento e horário praticado pelo Centro de Saúde de Viana. O membro José Luís Pacheco respondeu que não está devidamente informado sobre o

funcionamento do Centro de Saúde, no entanto, daquilo que se apercebe, tendo os utentes um Centro de Saúde novo com instalações condignas, neste momento deverão ser optimizados os cuidados de saúde prestados de acordo com as necessidades da população.

O senhor Presidente da Assembleia, relativamente a algumas das questões colocadas disse:

- Sobre a participação dos Presidentes das Juntas de Freguesia na votação para a Assembleia Intermunicipal, reforçou a sua posição na Assembleia anterior congratulando-se com a tomada de posição dos Presidentes das Juntas. Disse ainda que a informação disponível antes da última sessão da Assembleia Municipal indiciava a não eleição dos Presidentes das Juntas para esse Órgão.

- Referiu que a Câmara brevemente irá tomar algumas medidas de combate à actual situação económica que se vive, mas nunca em substituição das competências do Poder Central.

- Sobre o Centro de Saúde disse que não devíamos contornar o problema com actas de 2003, mas sim enfrentá-lo e vendo a realidade do fecho das urgências em Viana.

- Acerca das famílias ciganas propôs à senhora Vereadora Vera Cardoso a marcação de reunião com a G.N.R. a fim de não autorizar a permanência de famílias ciganas por mais de 3 dias em Alcáçovas, como refere a Lei.

A senhora Vice-Presidente respondeu às questões colocadas, nos seguintes termos:

- Quanto à revisão do P.D.M., informou que o documento está finalizado aguardando a abertura de concurso.

- Quanto ao facto do concelho estar a ser prejudicado pela não participação na Entidade Regional de Turismo, disse que o assunto está a ter o encaminhamento adequado, estando a ser avaliada a posição da Câmara perante as mudanças impostas pelo Governo às Autarquias.

- Está a ser elaborado um dossier anti- crise com medidas a implementar por esta Câmara, a apresentar em breve.

- Que não se iria pronunciar sobre questões relativas a opiniões ou tomadas de posição do senhor Presidente da Câmara.

- Que a Câmara estava a ponderar a aquisição de oleões e que a sinalização horizontal deverá ter início em Alcáçovas na próxima semana.

- Que teve conhecimento de contactos do senhor Presidente acerca do olival, não dispondo contudo de informação detalhada.

O senhor Vereador Fadista, relativamente à sinalização vertical, disse não poder garantir a data exacta do começo dos trabalhos dado que a empresa adjudicatária estava a terminar serviços em Alcácer do Sal, embora seguramente seja durante a próxima semana.

O senhor Vereador Costa da Silva, após ter obtido a autorização para poder intervir nesta Assembleia por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal e da senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que com estas duas autorizações espera estar a cumprir em pleno o regulamento deste Órgão.

Garantida esta situação, este Vereador informou que tinha prometido a si próprio não voltar a intervir neste Órgão, por considerar não ter sido bem tratado numa situação ocorrida há algum tempo atrás. No entanto, como a exposição central exposta pelo eleito do PS – Partido Socialista, o senhor Potes Pacheco, tem a ver com o seu pelouro na Câmara Municipal, decidiu solicitar a autorização para então esclarecer alguns aspectos, nomeadamente:

A explanação do senhor deputado municipal Potes Pacheco do PS sobre matérias que têm a ver com a área da saúde em Viana do Alentejo representa verdadeiras minudências. A questão central desta matéria é que os Governos do PS nada fizeram para que o Centro de Saúde de Viana do Alentejo visse a ser construído. Relembra que foi candidato pela primeira vez pelo PSD à Câmara Municipal de Viana do Alentejo em 2001 e nessa altura, num governo presidido pelo Engenheiro Guterres, chegaram ao ponto de retirar do PIDAC esta importante infra-estrutura para esta zona do Alentejo. Situação que criticou várias vezes nessa campanha. Relembra também as condições em que estavam instalados os doentes e as pessoas que ali laboravam, sobretudo num espaço que se encontrava em degenerescência quase absoluta, com grandes fissuras e em risco eminente de derrocada. Nada fizeram para impedir isso. Relembra que a construção do novo Centro de Saúde foi desenrolada já neste governo devido à obra estar aprovada pelo *por Alentejo* e o processo estar praticamente concluído antes deste governo entrar em funções. Nada fizeram para que isto se tornasse uma realidade. Relembra também que, este Governo (e respectiva ARS Alentejo) do PS ainda não concluiu esta obra, isto porque só uma das alas do Centro de Saúde é que está concluída, enquanto que a outra anda a ser negociada com a Santa Casa da Misericórdia para ser utilizada para os cuidados continuados. Disse o Vereador Costa da Silva que, provavelmente os eleitos do PS daquela Assembleia não visitaram a obra. Esclarece o Vereador Costa da Silva que esta obra não foi prevista para aqueles fins, mas sim para outras valências, nomeadamente para os serviços de fisioterapia, entre outros. Esclarece também que, segundo o programa eleitoral do PS (que provavelmente não foi lido por estes eleitos), era intenção de acabar com as sub-regiões (que cumpriram) e alargar o raio de acção dos centros de saúde (que claramente não cumpriram), para uma área de intervenção mais alargada. Este Vereador também esclareceu que quem matou com o funcionamento geral das ambulâncias da Junta de Freguesia das Alcáçovas foi o PS, nomeadamente com o formato criado pelo INEM, onde se provocaram grandes transtornos aos Alcaçovenses. Disse também que o Partido Socialista não ter cumprido com aquilo que deveriam ser as suas obrigações para com os municípios de Viana do Alentejo, principalmente com o encerramento do SAP – Serviço de Atendimento Permanente daquele centro de saúde entre outros serviços que vão perdendo, deixam de existir, não se fazem ou então se vão perdendo (deu como exemplo o desaparecimento da UNIVA em Viana do Alentejo, a impossibilidade de se tirar o cartão do cidadão neste concelho (o único no distrito de Évora), o encerramento nocturno do posto da G.N.R. em Alcáçovas (com o risco de fechar de vez), a não criação de uma pequena loja do cidadão em Viana, ou então, a não realização de obras na Repartição de Finanças, Cartório Notarial e Registo Civil.

Aproveitando a oportunidade de falar, também este Vereador disse que não são perceptíveis quaisquer tipos de propostas por parte do PS no que respeita ao combate à crise através da Câmara Municipal. Disse que grande parte da

responsabilidade desta crise é do Governo do Partido Socialista e é aí que se esperam grandes respostas, mas no entanto, espera que algumas soluções possam ser apresentadas pela Câmara Municipal (obviamente à dimensão das suas possibilidades). Ele próprio alertou em tempo que o novo regulamento de apoio aos estudantes do ensino superior que em nada estimulava o mérito muito menos tinha um cariz social, de ajuda aos mais desfavorecidos. Na realidade, apoia famílias que não necessitam desse dinheiro. Ele próprio propôs em reunião de câmara que se crie um regulamento de apoio aos alunos mais desprotegidos, onde se contemplem apoios aos livros, às refeições nas cantinas escolares e ao alojamento. Também se deveria ter em atenção aspectos como o apoio aos medicamentos dos mais carenciados, apoios na realização de obras e pinturas em casas de pessoas com poucas posses, entre outras medidas. Era sua expectativa que o PS apresentasse soluções. Esperava também que o executivo camarário da CDU desse uma resposta rápida a estas situações e que não ficasse na expectativa de ver o que vai acontecer, tal como tem vindo a fazer o governo ao longo desta crise. De dois partidos que se dizem de esquerda não percebe a falta de respostas e soluções.

Após a intervenção do senhor Vereador Costa da Silva, o membro José Luís Pacheco disse ficar satisfeito por a posição do senhor Vereador ser semelhante à dele relativamente às medidas anti-crise. Disse ainda o membro José Luís Pacheco que não é “*pombo-correio*” de nenhum partido político e que quando não concorda com o P.S. di-lo e assume. Neste contexto, disse não concordar com a situação actual do edifício da Conservatória.

Antes de iniciar o período da ordem do dia e havendo público na sala, o senhor Presidente da Assembleia deu-lhe a palavra. Verificou-se a intervenção do senhor João Luís Batista Penetra que se referiu ter registado com agrado que na reunião de Câmara do passado dia vinte e um de Janeiro tivesse sido aprovada a adjudicação da empreitada de Construção das Piscinas Municipais de Alcáçovas. Felicitou por isso os eleitos da CDU e do PSD que votaram a favor e que por isso estiveram em consonância com os respectivos programas eleitorais, apresentados a sufrágio nas últimas eleições autárquicas. Lamentou no entanto que o Partido Socialista tenha votado contra a adjudicação, tal como tinha acontecido aquando do lançamento do concurso para a mesma obra. O Partido Socialista justifica o voto contra, com o endividamento municipal. Ora analisando os dados contabilísticos do Município conclui-se que:

- No exercício de dois mil e sete a autarquia registou um saldo positivo (lucro) de trezentos e três mil, seiscentos e trinta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos. Ainda não são conhecidos os resultados de dois mil e oito.

- A capacidade de endividamento do Município para o exercício de dois mil e oito, foi de seis milhões, oitenta e sete mil, novecentos e quarenta euros e setenta e um cêntimos.

- No início do mesmo ano de dois mil e oito, os empréstimos bancários totalizavam, um milhão, quarenta e seis mil, cento e três euros e vinte e seis cêntimos. Ou seja uma parcela muito pequena da sua capacidade de endividamento.

- O total de disponibilidades financeiras actualmente na posse do Município e de acordo com a informação escrita da Câmara e apreciada hoje nesta assembleia, é

de dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e um euros e setenta e seis cêntimos. Ou seja, mais do dobro do montante em dívida.

Daqui se conclui que a situação financeira do Município é bastante boa. Esta Câmara tem disponibilidades monetárias e não está endividada como o Partido Socialista quer fazer parecer. Logo o argumento do endividamento, é uma falácia muitas vezes usada para criticar as obras municipais. Na verdade a oposição à construção da Piscina em Alcáçovas parece mais o culto dum sentimento anti-Alcaçovense primário, que é bastante prejudicial à unidade e coesão do concelho. Este concelho tem de estar unido para vencer a batalha do desenvolvimento. Mas este só é verdadeiramente desenvolvimento se for um desenvolvimento integral do concelho, não esquecendo nenhuma das suas freguesias.

Disse que com o mesmo empenho com que defende a construção da piscina em Alcáçovas, também defende a construção do polidesportivo coberto em Aguiar, e a construção da piscina coberta em Viana e do centro escolar de Viana, pois o concelho merece.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

PRIMEIRO PONTO) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2008 – Com as abstenções dos membros Margarida Alfacinha e Maria Laurência Gemitto, foi aprovada a acta relativa à sessão ordinária realizada no dia 18 de Dezembro de 2008. Este último membro referiu que a sua abstenção se deve ao facto de à data da sessão a que a acta se refere ainda não integrar este Órgão.

SEGUNDO PONTO) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2009 – Com a abstenção do membro Zélia Valério, foi aprovada a acta relativa à sessão extraordinária realizada no dia 23 de Janeiro de 2009.

TERCEIRO PONTO) APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE DA CÂMARA – Verificou-se a intervenção do membro Luís Miguel Boteta que perguntou o que pensa a Câmara fazer acerca da dinamização do espaço do mercado das Alcáçovas. A senhora Vereadora Vera Cardoso respondeu que a abertura de concurso para atribuição das lojas já é uma forma de tentar reabilitar o espaço. No entanto, sabendo que não é suficiente, disse aceitar sugestões para a dinamização do espaço.

QUARTO PONTO) APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

QUINTO PONTO) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DA C.D.U. (SITUAÇÃO SOCIAL QUE SE VIVE NO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO) – O senhor Presidente da Assembleia apresentou a Moção. Votada, foi aprovada com 13 votos favoráveis e 4 abstenções por parte dos membros Margarida Alfacinha, Anunciação Baioneta, Joaquim Alfacinha e Luís Miguel Boteta. O membro José Luís Pacheco disse que votou favoravelmente a moção por concordar com os pontos da mesma embora discorde da “*propaganda inicial*”.

SEXTO PONTO) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO DO P.S. (DAR VOZ À OPOSIÇÃO NO BOLETIM MUNICIPAL E NA PÁGINA DA INTERNET DA CÂMARA MUNICIPAL)

– Pelo membro Maria Laurência Gemito foi apresentada a Moção tendo a bancada do Partido Socialista pedido ao senhor Presidente da Assembleia que a votação dos dois pontos constantes da mesma fosse efectuada em separado. O senhor Presidente da Assembleia deferiu este pedido e assim foi posto a votação o primeiro ponto da Moção:

“Que seja atribuído, com efeitos imediatos em cada Boletim Municipal, a utilização de uma página por cada partido da oposição (PS e PSD), por elementos representados nos órgãos do município, para que estes possam exprimir os seus pontos de vista e também avaliar o desempenho do executivo”.

Verificaram-se:

a) nove votos contra por parte dos membros João Garcia, Luís Miguel Duarte, Isidro Marcos, Francisco Maia Cardoso, Mário Grave, Odete Fialho, Joaquim Teixeira, António José Valverde e António Inácio Lopes.

b) oito votos a favor por parte dos membros Maria Laurência Gemito, José Luís Pacheco, Luís Miguel Boteta, Zélia Valério, Joaquim Alfacinha, Margarida Alfacinha, Anunciação Baioneta e José Jacinto Grave.

Assim, este ponto da moção foi reprovado.

Passou-se de seguida à votação do segundo ponto da Moção:

“Que seja atribuída, com efeitos imediatos, no site da Internet do Município, a utilização de uma página por cada partido da oposição (PS e PSD), por elementos representados nos órgãos, do município, para que estes possam exprimir os seus pontos de vista e também avaliar o desempenho do executivo”.

Verificaram-se:

a) dez votos contra por parte dos membros João Garcia, Luís Miguel Duarte, Isidro Marcos, Francisco Maia Cardoso, Mário Grave, Odete Fialho, Joaquim Teixeira, António José Valverde, José Jacinto Grave e António Inácio Lopes.

b) sete votos a favor por parte dos membros Maria Laurência Gemito, José Luís Pacheco, Luís Miguel Boteta, Zélia Valério, Joaquim Alfacinha, Margarida Alfacinha e Anunciação Baioneta.

Assim, este ponto da Moção foi também reprovado.

A senhora Vice-Presidente disse a propósito deste assunto que o mesmo deveria ser discutido em reunião da Câmara Municipal uma vez que o Boletim Municipal é um meio de informação da Câmara.

O membro Margarida Alfacinha sugeriu que pelo menos se desse a palavra aos Vereadores da oposição no Boletim Municipal e na Página da Internet.

Pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão tendo sido aprovada por unanimidade a minuta da respectiva acta.

Aprovada a 28 de Abril de 2009.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
